

A classe média vestida por EUROMOD

Jorge Braga de Macedo

No tempo da revolução, a classe média – também chamada pequena burguesia – “não era carne nem era peixe”. O bife era para a classe alta o peixe para a baixa. Mudam-se os tempos mudam-se as dietas. Agora as classes definem-se não pelo que comem mas sim pelo rendimento disponível anual em euros de famílias com equivalências estabelecidas pela OCDE. Os rendimentos por seu turno dividem-se em decis (intervalos de 10%) ou quintis (intervalos de 20%). As famílias da “classe baixa” formam o primeiro quintil ou os dois primeiros decis (denotados por B e B+ no gráfico junto), as da “classe alta” o quinto quintil ou o nono e décimo decis (denotados por A e A+ no gráfico junto), sendo os três outros quintis ou seis decis afetos respetivamente às famílias da classe “média baixa” (denotados por MB e MB+ no gráfico junto), “média” (denotados por M e M+ no gráfico junto) e “média alta” (denotados por MA e MA+ no gráfico junto).

Se a “classe” se define de acordo com rendimento disponível de famílias equivalentes, uma medida intuitiva da desigualdade na distribuição do rendimento num determinado país é o rácio do primeiro e último quintil que, de acordo com o último *Relatório sobre o desenvolvimento sustentável na União Europeia* publicado pelo Eurostat em 2013, passou de 5,0 para 5,1 entre 2005 e 2012, revelando assim grande estabilidade apesar da crise. Ainda assim, na página 117, o relatório lembra que na Eslovénia e na República Checa o rácio era inferior a 3,5 ao passo que ultrapassava 6,5 na Espanha e na Grécia.

EUROMOD é a sigla de um modelo europeu de simulação fiscal que Holly Sutherland anima na Universidade de Essex, no Reino Unido em cooperação com a Comissão Europeia. As simulações divulgadas no Documento de Trabalho EM 6/11, intitulado “ Os efeitos distributivos das medidas de austeridade: uma comparação de seis países da UE” foram aprofundadas e alargadas no Documento de Trabalho EM 2/13, intitulado “ Os efeitos distributivos da consolidação orçamental em nove países” (note-se que além de aumentar o número de países de 6 para 9, os autores passaram de Sutherland+5 para Sutherland+9 e o título também substituiu “medidas de austeridade” por “consolidação orçamental”). Aliás, o segundo relatório foi citado num documento de Janeiro de 2014 do Departamento de Assuntos Orçamentais do FMI, intitulado “ Política Orçamental e Desigualdade do Rendimento”.

Nas simulações para Portugal reproduzidas no EM 2/13, baseadas num documento datado de 28 de Setembro de 2012, nesse ano o rendimento da “classe baixa”, ou primeiro quintil, era de cerca de 4159 euros e o da “classe alta”, ou último quintil, de cerca de 23566 euros, o que dá

um rácio inferior a 6. Também aproximadamente, a distribuição para Portugal constante de um documento datado de 30 de Dezembro de 2013 (portanto posterior ao EM 2/13) revela o padrão que Piketty (quadro 7.1, p. 390 do seu *Capital*) considera típica da Europa em 2010 (30% na metade baixa e 25% no decil de topo). Em quintis, temos cerca de 8% para a “classe baixa”, 13% para a “classe média baixa”, 17% para a “classe média”, 22% para a “classe média alta” e 40% para a “classe alta”.

O EM 2/13 comparou pois o decréscimo do rendimento disponível das famílias entre a crise financeira global de 2008 e 2012 nos quatro países da periferia sul da zona euro, nos três países bálticos, na Roménia e no Reino Unido. Estão incluídas as principais medidas de consolidação orçamental do lado da despesa (reduções em salários, pensões e subsídios diretos) e dos impostos, mesmo o IVA enquanto média não ponderada do impacto percentual sobre o rendimento disponível das famílias. Por essa razão, e também porque o efeito do IVA no preço dos bens não afeta necessariamente o rendimento, as quedas mencionadas devem exagerar o impacto agregado, que variou entre 1,6% na Itália e 11,6% na Grécia, com Espanha a -4,3% e Portugal a -6,3% (gráfico 14, p. 47).

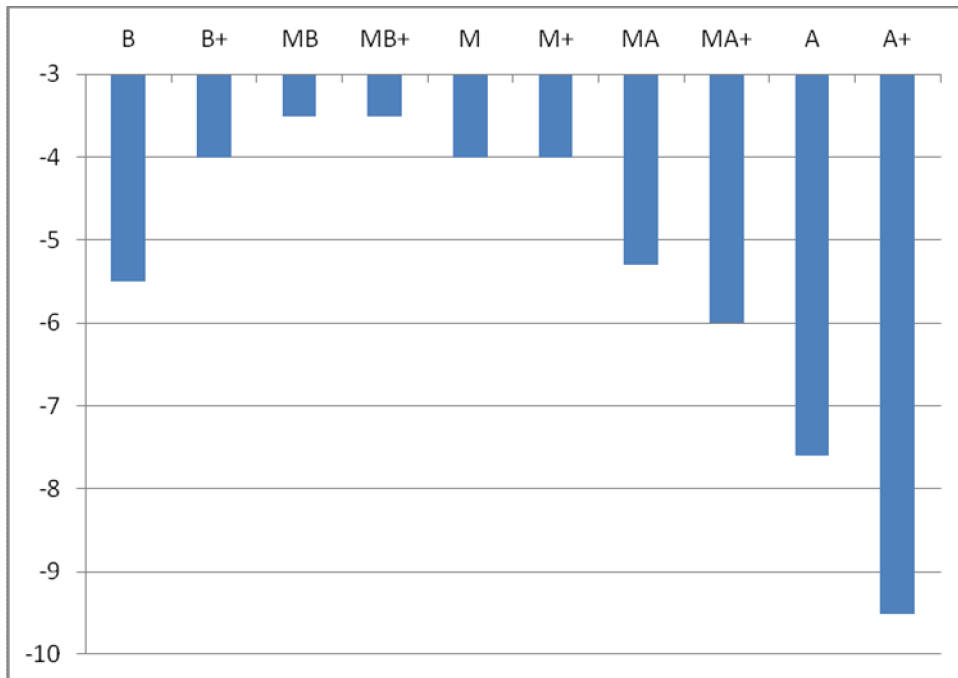
A distribuição desses decréscimos por classes revela um ajustamento progressivo no qual a percentagem de decréscimo aumenta, exceto na Estónia onde o ajustamento foi regressivo. Existem ainda dois casos em que o padrão não é monótono mas em U invertido ou seja em que o decréscimo é mais pronunciado na “classe baixa” e na “classe alta” do que nalguma das classes intermédias. Olhando de modo mais fino, por decis e excluindo o IVA, vê-se no gráfico junto que, em Portugal, só os decis MA+, A e A+ sofreram quebra maior do que o decil B, sendo que os decis B+, MB, MB+, M, M+ e MA tiveram decréscimos menores.

O padrão de ajustamento português em 2008-12 é pois progressivo a partir do decil MB mas revela um problema de pobreza na “classe baixa”, aliás mais pronunciado medindo em decis e excluindo o IVA, como se fez no gráfico 2 de EM 2/13 e na figura 14 do relatório do FMI. Por isso o sugestivo título “A classe média acabou por ser a que menos sofreu” da minha entrevista a Sílvia Oliveira e Hugo Neutel publicado no Sábado passado, poderia precisar-se assim: “Em Portugal entre 2008 e 2012 as famílias da classe média baixa sofreram uma queda no rendimento disponível menor do que as da classe baixa e do que as da classe média”.

Faltou dizer na entrevista, mas vale acrescentar aqui, que o ajustamento em U invertido documentado no gráfico junto se seguiu a um ajustamento regressivo. O relatório EM 6/11 - onde não se incluíam ainda as medidas acordadas no Memorando de Entendimento com UE e FMI - concluía que “na Grécia os mais ricos perdem uma maior proporção dos seus rendimentos do que os pobres ao passo que em Portugal os pobres perdem uma proporção maior dos que os ricos”.

Pelos vistos, mudam-se os tempos, mudam-se as dietas e os vestidos EUROMOD...

Gráfico: Queda no rendimento disponível das famílias 2008-12 por decis incluindo IVA (%)



Fonte: EM 2/13, 2 p. 12